



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
FACULDADE DE HISTÓRIA – FAHIS
CAMPUS ANANINDEUA

SULEIMA SILVA PINHEIRO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS
GIRASSOL E NOVO GIRASSOL DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
UTILIZADOS NA ESCOLA DONDON PINHEIRO, ABAETETUBA/PA.**

Ananindeua-PA
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(s) autor(s)

- P654e Pinheiro, Suleima Silva.
Educação do Campo: Uma análise dos Livros Didáticos
Girassol e Novo Girassol do 2º ano do ensino fundamental utilizado
na Escola Dondon Pinheiro, Abaetetuba/PA / Suleima Silva
Pinheiro. — 2022.
III, 30 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Wesley Garcia Silva
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, Curso de
História, Ananindeua, 2022.
1. educação do campo. 2. luta do campo. 3. livros
didáticos, PNLD campo.. I. Título.

CDD 370.1109811

SULEIMA SILVA PINHEIRO

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS
GIRASSOL E NOVO GIRASSOL DO 2ª ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
UTILIZADOS NA ESCOLA DONDON PINHEIRO, ABAETETUBA/PA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado a Faculdade de História do Instituto de Filosofia e Ciência Humana, Universidade Federal do Pará, como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Wesley Garcia Ribeiro Silva.

Ananindeua-PA
2022

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS
GIRASSOL E NOVO GIRASSOL DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
UTILIZADOS NA ESCOLA DONDON PINHEIRO, ABAETETUBA/PA.**

Suleima Silva Pinheiro*

*“Não vou sair do campo pra poder ir pra escola.
Educação do Campo é direito e não esmola”*

RESUMO: O presente trabalho terá com ponto de partida a educação do campo como locus de análise dos livros didáticos: Girassol Saberes e fazeres do Campo do ano de 2013 e Novo Girassol Saberes e Fazeres do Campo do ano de 2016. Mais especificamente, os livros de letramento e alfabetização, geografia e história do 2º ano do ensino fundamental, os quais são utilizados na escola Dondon Pinheiro, instituição localizada na região das ilhas do município de Abaetetuba. Tendo como objetivo principal: realizar um breve histórico da luta pela educação do campo e analisar os editais do Programa Nacional do Livro Didático – Campo e os livros didáticos apresentados anteriormente, em que será discutido as temáticas abordadas em relação ao campo e sua preocupação com a realidade do sujeito no que se refere ao espaço, à cultura e ao trabalho. Sendo que tal análise ocorrerá a partir das imagens, dos textos e dos conceitos presente no livro em questão. Isto, por entendermos que a escola é o espaço de formação social e política dos sujeitos, possuindo a função social de difusão dos saberes acumulados e dos processos de reelaboração e produção dos conhecimentos adquiridos pelos homens ao longo dos tempos, logo, um recurso tão utilizado como o livro didático, merece ser melhor analisado, uma vez que, para aqueles que vivem no campo, a escola é também um espaço de luta e resistência, podendo, ser um espaço privilegiado de formação, conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos.

Palavras-chaves: educação do campo; luta do campo; livros didáticos, PNLD campo.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo: analisar o processo histórico da educação do campo, pontuando os seus avanços, conquistas e desafios e analisar os editais de 2011 e de 2014 do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD do Campo), destacando suas modificações mais relevantes, bem como analisar os livros didáticos do 2º ano, utilizados na escola Dondon Pinheiro, correlacionando-os com seus respectivos editais, buscando problematizar o livro didático e o ensino na educação do campo.

A problematização do livro didático será feita no exemplar do 2º ano do ensino fundamental menor, tendo como proposta de pesquisa a análise do livro didático *Girassol Saberes e Fazeres do Campo* b(2013) e o *Novo Girassol Saberes e Fazeres do Campo* (2016), produzidos pela editora FTS S.A. Os livros são seriados multidisciplinar, dos componentes de Letramento e Alfabetização, de autoria de Isabella Carpaneda e Angiolina Bragança. Os componentes de Geografia e História dos dois volumes são de autoria de Tânia Moraes e Suely Almeida.

Os avanços alcançados na educação brasileira nos últimos anos, é resultado de organização e lutas, em especial ao se tratar da educação do campo, a qual emerge a partir de movimentos sociais. Contudo, apesar das diversas conquistas e mudanças, alguns elementos continuam bastante presentes nas escolas do campo por todo país, como o livro didático. Dentre essas escolas, está a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Dondon Pinheiro (anexo I), localizada as margens do Rio Paruru, município de Abaetetuba-PA, onde o presente projeto foi realizado.

A referida escola conta com turmas do período 1 e 2 (multisséries) e turmas do 1º ao 5º ano, sendo que as turmas do 1º, 2º e 3º ano são multisseriadas, também conta com a EJA. Em relação as turmas multisseriadas, Santos e Moura (2010) as definem como espaços onde tem-se a:

[...] junção de alunos de diferentes níveis de aprendizagem (normalmente agrupadas em “series”) em uma mesma classe, geralmente submetida à responsabilidade de um único professor, tem sido uma realidade muito comum dos espaços rurais brasileiros, notadamente nas regiões Norte e Nordeste (SANTOS; MOURA, 2010, p. 35).

A comunidade Santo Antônio do Rio Paruru, da qual a escola faz parte, está situada nas chamadas ilhas de Abaetetuba, arquipélago que conta com 72 ilhas banhadas por rios de água doce. Dessa forma, a comunidade tem no rio o seu único meio de locomoção, e

componente importante da economia local, uma vez que fazem uso do curso d'água para desenvolver atividades como pesca com matapi e redes, criação de camarão e por onde escoam a produção de açaí, principal gerador de renda no período da safra.

Deste modo, por entender que o livro didático é um elemento bastante utilizado no processo educativo da escola Dondon Pinheiro, e que a realidade dos educandos possui diversas especificidades, devido ao espaço cultural e social vivenciada pelos alunos, é que foi definida a problemática do trabalho, com vistas ao entendimento se a realidade dos sujeitos é tida como uma preocupação central nos livros.

Ao se tratar da Educação do Campo, é de suma importância, de início, contextualizar sua história, no sentido de compreender que as lutas dos sujeitos por uma educação, às conquistas ao longo do tempo e em determinados períodos históricos, foram determinantes para que a educação do campo possa ser reconhecida no cenário atual.

Segundo Caldart (2008), discutir sobre a Educação do Campo hoje e buscar ser fiel aos seus objetivos de origem, exige um olhar de totalidade, em perspectiva com uma preocupação metodológica sobre como interpretá-la, combinada a uma preocupação política, de balanço de percurso e de compreensão das tendências de futuro para poder atuar sobre elas. Assim sendo, a Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente a situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo.

Desta forma, a educação vincula-se à construção de um modelo de desenvolvimento rural que priorize os diversos sujeitos sociais do campo e também a um projeto maior de educação da classe trabalhadora, haja vista que nem todos os sujeitos do campo têm acesso ao conhecimento e a garantia dos direitos à escolarização.

Assim, a Educação do Campo é um modelo de desenvolvimento rural que prioriza os conceitos dos sujeitos do campo. Contudo, o campo brasileiro é algo muito diverso, no qual cada local ou território tem suas características próprias. Por isso, nem todos os sujeitos do campo têm acesso ao conhecimento de forma conceitual referente ao seu território, e o que a realidade nos mostra é que a Educação do Campo nem sempre abrange a todos. Com isso, percebemos que a educação ainda está muito defasada, atrasada em relação à educação urbana, conforme é destacado por Henriques et al (2007) ao afirmarem que no decorrer da história as políticas públicas para estas populações não foram suficientes para garantir isonomia educacional entre campo e cidade, fenômeno identificado claramente até os dias presentes.

Devido a essas problemáticas, as escolas, principalmente do meio rural, utilizam-se de materiais didáticos impressos e, em sua maioria, descontextualizados da realidade local,

dificultando o trabalho docente, o qual muitas vezes é realizado por indivíduos sem formação inicial e continuada adequada. Sendo, esses materiais didáticos, na maioria das vezes, a única fonte de informação do professor, “justamente com essa dimensão técnica e pedagógica, o livro didático precisa ser entendido como veículo de sistema de valores, de ideologias, de cultura de determinada sociedade” (BITTENCOURT, 2004, p. 302.).

Portanto, considerando a importância do livro didático para as escolas rurais, são necessários muitos estudos e reflexões buscando ouvir as vozes envolvidas nas escolas do campo. Segundo os autores Miranda e Lucas (2004) os livros didáticos pontuam a presença das múltiplas facetas:

Contrariamente à apreensão predominantemente no âmbito do senso comum, o livro didático é um produto cultural dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contem sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção se vincula a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização pode ensejar práticas de leituras diversas (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 124).

Ao longo do texto serão apresentados elementos derivados do estudo realizado com a finalidade de ampliar a compreensão sobre o processo histórico da Educação do Campo e, principalmente, a presença e importância dos livros didáticos no processo de educação do meio rural. Estruturalmente o texto está organizado de modo que, no primeiro momento, estão destacados alguns pontos considerados relevantes no processo histórico da educação do Campo no Brasil. Em um segundo momento, será discutida a análise e a comparação do edital do PNLD do Campo dos anos de 2011 e 2013. No terceiro, a análise dos livros didáticos *Girassol Saberes e Fazeres do Campo* e o *Novo Girassol Saberes e Fazeres do Campo*, pontuando as mudanças e permanências de uma coleção para outra, tendo como foco as particularidades do campo presente nessas coleções.

2. LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

As lutas por uma Educação do Campo no Brasil nos moldes que conhecemos atualmente, se iniciaram por volta de 1980 com a mobilização de movimentos sociais por melhores condições educacionais no campo. No entanto, para entender esse contexto histórico, é necessário retornar a 1920, para o contexto do cenário político, econômico e educacional que o Brasil estava vivendo, e assim entender o que deu origem ao que se denomina Educação do Campo na contemporaneidade.

O termo educação do campo é resultado de lutas e discussões nas últimas quatro décadas, as quais visam à garantia de direitos dos povos do campo. Segundo Molina e Freitas (2011), nos últimos anos os movimentos rurais e sindicais se mobilizaram e desencadearam lutas pela garantia de seus direitos, dentre os quais se reconhece nacionalmente o movimento da Educação do Campo. Sendo que todo esse processo foi marcado por grandes mudanças no âmbito social, político e econômico.

Para entender esse desenvolvimento de luta, deve ser ressaltado o processo da educação rural no Brasil, e junto com ela as transformações que ocorreram no país. Até a década de 1920 o Brasil era um país predominante rural, mas ao longo dos anos esse cenário foi se modificando e era visível que a população urbana crescia e a rural diminuía. Segundo Queiroz (2011), nas décadas de 1960 e 1970, com a entrada maciça do capital internacional na economia do país, houve crescimento de contradições do capital nacional, gerando o crescimento dos movimentos operários e camponeses e o surgimento de partidos de esquerda que visavam a uma transformação da estrutura social.

O processo de urbanização das cidades levou ao direcionamento de investimentos para demanda industrial e isso fez com que se tivesse uma atração maior pelo espaço urbano, entretanto as exigências do meio industrial por uma mão-de-obra qualificada resultaram na necessidade de diminuir o analfabetismo, concentrando as demandas das políticas educacionais voltadas para o meio urbano, deixando de lado a educação rural. Por volta de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) passou a questionar o número reduzido de escolas rurais e a incoerência dos conteúdos trabalhados nas poucas escolas existentes, os quais se pautavam na ideologia industrial e capitalista.

Para melhor entendimento da realidade da época, é apresentado abaixo, um quadro (01) representando os números das taxas de escolarização da zona rural e urbana nos anos 70 entre adolescentes na faixa etária de 07 a 14 anos.

Quadro 01: População de 7 a 14 anos com respectivas taxas de escolarização, por zona, em 1970.

Zonas	População total	Frequentando escola	Não frequentando escola	Taxa de escolarização
Rural	9.268.800	4.341.744	4.927.056	46,85
Urbana	10.057.300	8.848.571	1.208.729	87,98
Total	19.326.100	13.190.315	6.135.785	68,25

Fonte: estatística da educação nacional – 1960 – 1971. M.E.C./Romanelli (1986).

Com base nos dados apresentados na tabela é perceptível que o número de pessoas que não frequentavam a escola é maior no meio rural (com a faixa etária entre 7 e 14 anos),

tendo níveis aceitáveis para a época no meio urbano, número que desde a década de 20 vinha crescendo ao se tratar do espaço urbano. Segundo Bresonlin (2015), por volta de 1940 a procura por educação foi tão grande que as escolas não conseguiram abranger a demanda. Diante disso, a educação técnica começou a ganhar espaço. É importante, destacar que a educação rural era inserida no seu espaço, mas os currículos utilizados não correspondiam à sua realidade, os quais eram os mesmos das escolas urbanas. Em outras palavras, a educação rural atingia baixo percentual de indivíduos e com má qualidade.

Com isso, os Movimentos sociais organizaram-se em lutas, para reivindicar seus direitos na busca de melhores condições de vida, trabalho e educação para as comunidades. Em 1996, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em conjunto com outros Movimentos Sociais, universidade, organizações e igrejas criaram o Movimento por uma Educação do Campo, pautado na necessidade da população rural, de uma educação que valorizasse a cultura e a identidade dos sujeitos (RODRIGUES, 2019). O desejo da educação inclusiva e autônoma ainda estava distante com relação às problemáticas e precariedades em que se encontravam as escolas e a educação, de um modo geral.

No mesmo ano, 1996, houve a primeira grande conquista legislativa da Educação do Campo, com a promulgação da Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que configura a possibilidade de adequação curricular e metodologias apropriadas para o campo. Também é esclarecido que os calendários escolares do campo devem ser organizados de acordo com as fazes de produção de cada local, ou seja, que o calendário escolar deve estar associado às particularidades de cada comunidade rural, no seu período de produção, safra e fases da maré (comunidades ribeirinhas).

Já em 1998 foi um ano muito importante para as articulações da Educação do Campo, na qual passou promover e gerir ações para luta da educação em nível nacional. No mesmo ano foi realizada a primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que teve a participação do MST, UnB, UNICEF, UNESCO e CNBB. Essa conferência foi de suma importância para o reconhecimento da educação básica no campo, em que foram debatidos pontos importantes das condições de escolarização e os problemas encontrados na mesma, bem como foi abordado sobre as condições de ensino, formação dos professores, e os modelos pedagógicos a ser implantado. A ideia da conferência surgiu durante o Primeiro Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENARA) feita pela MST no mesmo ano.

Cronologicamente, no ano de 2002 destacam-se as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e no ano de 2004 aconteceu a II conferência por uma Educação Básica do Campo. Em 2006 foi criado o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), que estimulava as universidades a elaborarem projetos de ensino, pesquisa e extensão para formação de educadores para a educação básica do campo.

Entre outros pontos, é importante destacar as organizações e movimentos que levaram a essas conquistas, em que se destacam o Fórum Nacional da Educação do Campo - FONEC, os Fóruns, Núcleos e Redes Estaduais, Regionais e Locais da Educação do Campo, bem como o trabalho desenvolvido em parceria com Universidades, Movimentos Sociais-Sindicais, Organizações Não-Governamentais, Escolas, dentre outros. Interações que permitiram a conquista de políticas públicas que construíram práticas pedagógicas inovadoras, na qual destaca-se o PNLD do campo.

Outro ponto importante para a educação do campo foi a resolução CD/FNDE de nº 40, de 26 de julho de 2011 que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo), o texto aborda a necessidade de melhorar as condições de trabalho dos professores nas escolas do campo, como também a importância de se ter um programa nacional de distribuição de livro didático adequado às classes multisseriadas e às turmas seriadas do campo, para melhor atendimento às necessidades educacionais de públicos específicos. E, diante das linhas gerais da resolução, se tem a compreensão de buscar exercer as reivindicações dos movimentos por uma educação rural, agora pauta também nos livros didáticos (BRASIL, 2011, p.01).

Com base nesses avanços nas políticas educacionais, há um acordo entre movimentos sociais e pesquisadores sobre as diferenciações entre os termos Educação do Campo e Educação Rural, em que a primeira se define em práticas educativas e pedagógicas que estejam de acordo com a realidade da população camponesa, que levem em conta a cultura e tradição desses povos, e a outra está diretamente ligada a delimitação do espaço geográfico, com uma pedagogia distanciada da realidade camponesa, sem qualquer significado para os alunos do campo (ROSA; CAETANO, 2008, p. 28-29).

Para ser entendido como educação do campo, deve obedecer a critérios de contextualização de cada uma das experiências educativas, a partir de realidades políticas, histórico e cultural. Portanto, não se trata de uma mudança da nomenclatura vazia, mas na construção de uma compreensão de uma educação voltada para os povos do campo, de tal forma que a denominação "educação rural" foi compreendida desde seus primórdios em

contextos específicos da América Latina (México, Venezuela, entre outras realidades) como um tipo de educação ligada à ideia de "Progresso das sociedades", que tinha um sentido "civilizador urbano". Nesse sentido, Molina e Fernandes (2004) apontam que enquanto a Educação do Campo foi criada pela população do campo, a educação rural é fruto de um projeto criado para a população camponesa.

Com o passar dos anos a Educação do campo é vista como práxis social e cultural complexa que vem se reconfigurando nesses contextos e, de acordo com os propósitos emancipatórios de sua origem nos movimentos sociais, diferencia-se por não se destinar a formar sujeitos para deixar o campo, destruir recursos naturais e tratar a natureza como matéria-prima apenas para a extração do lucro.

Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde se constroem seus protagonistas. Para estas razões, reafirmamos a Educação do Campo como um novo paradigma que construiu esses grupos sociais e que rompe com o paradigma da educação rural, cuja referência é o produtivismo, ou seja, o campo apenas como lugar para a produção de mercadorias e não como espaço de convivência (FERNANDES; MOLINA, 2004).

As lutas dos Movimentos Sociais visavam uma educação voltada para o meio rural, mas não só uma educação no campo (algo que já existia), mas uma educação do campo que trabalhe os conceitos, as vivências, as particularidades a cultura dos povos presentes nesse espaço. Segundo Molina:

A luta dos trabalhadores para garantir o direito à escolarização e ao conhecimento faz parte das suas estratégias de resistência, construídas na perspectiva de manter seus territórios de vida, trabalho e identidade, e surgiu como reação ao histórico conjunto de ações educacionais que, sob a denominação de Educação Rural, não só mantiveram o quadro precário de escolarização no campo, como também contribuíram para perpetuar as desigualdades sociais naquele território. (MOLINA, 2011, p.11).

A força de luta dos movimentos sociais, em especial a do Movimento Sem Terra (MST) é por uma justiça social que visa ao respeito, à dignidade e a melhores condições de vida. Nesse contexto, a educação entra como um papel importante na mudança qualitativa do sujeito, dando a ele o conhecimento, reconhecimento e valorização da diversidade do campo. Portanto, é importante destacar que o processo histórico da Educação do Campo, vincula-se às lutas dos trabalhadores do campo organizadas pelos movimentos sociais. Segundo Molina:

Tendo sua origem no processo de luta dos movimentos sociais para resistir à expropriação de terras, a Educação do Campo vincula-se à construção de um modelo

de desenvolvimento rural que priorize os diversos sujeitos sociais do campo, isto é, que se contraponha ao modelo de desenvolvimento hegemônico que sempre privilegiou os interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil, e também se vincula a um projeto maior de educação da classe trabalhadora, cujas bases se alicerçam na necessidade da construção de um outro projeto de sociedade e de Nação (MOLINA, 2011, p. 19).

Todo o processo de luta e resistência é pautado no combate à desigualdade e a precariedade que estavam presente na vida do campo. Em contrapartida, portanto, o movimento desencadeia o direito da educação rural, colocando aspectos para uma nova forma de ensino que trabalhe com o conhecimento e as relações sociais que ocorrem dentro de determinado espaço e suas relações.

Portanto, é necessário destacar que a Educação do Campo teve avanços no que se refere as políticas públicas na área nacional. Todo esse histórico de luta e reivindicações levaram a grandes conquistas no processo de uma Educação do Campo, tanto no ensino básico como no superior, mas que ainda está em construção e precisa ser melhorado tanto a nível pedagógico como estrutural.

No quadro a seguir, com base no trabalho de Rodrigues (2019) apresentamos uma síntese dos marcos temporais acerca das lutas pela educação do campo, delimitados em fases.

Quadro 02: síntese das fases da educação do campo

FASE	ANO	MARCO
Primeira Fase (Mobilização)	1980	Criação oficial do MST
	1996	Criação do “Movimento por uma Educação do Campo”
	1996	Publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394), que, em seu artigo 28, afirmou a possibilidade de adequação curricular e metodologias apropriadas ao meio rural; flexibilizando-se a organização e adequando-se o calendário escolar.
	1997	Realização I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA)
	1998	Realização da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo
	1998	Criação do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PRONERA)
	2002	Publicação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e a instauração do Movimento da Educação do Campo
	2003	Instauração do Movimento da Educação do Campo pelo Grupo Permanente de Trabalho no Ministério da Educação
	2004	Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)
	2004	Publicação dos “Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo”, elaborado pelo Grupo Permanente de Trabalho (GPT) sobre Educação do Campo da SECAD.

Segunda Fase (conquistas)	2004	Realização da II Conferência Por uma Educação Básica do Campo
	2005	Realização do I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo
	2005	Início do curso Pedagogia da Terra na UFMG
	2005	Criação do ProJovem Campo – Saberes da Terra (Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores Familiares)
	2006	Criação do PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
	2008	II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo
	2008	Início do curso de Licenciatura em Educação do Campo (turmas piloto) em quatro universidades brasileiras.
	2009	Regularização do curso de Licenciatura em Educação do Campo por meio do REUNI em 33 instituições brasileiras de ensino superior.
	2010	III I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo
Terceira Fase (tendência à consolidação das conquistas)	2010	Assinatura do Decreto nº 7.352, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)
	2010	Criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC)
	2011	Criação do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo)
	2011	Publicação do Edital do PNLD Campo 2013
	2011	Publicação do Edital do PNLD Campo 2013
	2012	Criação do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)
	2014	Publicação do Edital do PNLD Campo 2014
	2015	Criação do Escola da Terra
Quarta Fase (perda de direitos)	2016	Cortes no repasse do governo para as Licenciaturas em Educação do Campo.
	2017	Não publicação do Edital do PNLD Campo 2019, conforme era esperado.
	2019	Extinção da SECADI, secretaria do MEC que abrigava a Coordenação de Políticas de Educação do Campo.

Fonte: Rodrigues (2019, p.67)

No quadro acima, podemos observar os avanços políticos, educacionais e culturais da Educação do Campo. Segundo Caldart (2002), a perspectiva da Educação do Campo é exatamente educar seu povo, o povo que trabalha no campo, para articular, organizar e assumir as condições de sujeitos da direção de seu destino.

Os avanços e reivindicações contribuíram para unir forças nesse processo e garantir o direito à Educação do Campo. Contudo, atualmente há uma regressão nesses direitos, devido à imposição do modelo industrial do agronegócio no campo, que vem sendo pautado sob um discurso de valorização monetária do campo brasileiro, defendido pelos bancários, ruralista e pela elite política brasileira, o que em contrapartida propõem uma educação desvinculada das bandeiras de lutas dos movimentos sociais, que se tenha uma educação no campo, mas que

não busque questionar ou reivindicar os problemas do campo, ou seja, voltada para o retrocesso (RODRIGUES, 2019). Assim, é necessário estar atento e lutar pela manutenção e ampliação dos direitos já conquistados.

3. PNLD DO CAMPO

Nesse tópico, será analisada e comparada a convocação para o PNLD do campo por meio do edital de 2011 e o edital de 2014, conforme a Resolução nº 40, de 26 abril de 2011. Em que será analisado o processo de elaboração dos livros, convocação, regras do edital e conteúdo, os quais serão estudados e apresentados.

3.1 Editais

Por meio do Ministério da Educação, através da secretaria de educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foram lançados os editais do PNLD do Campo de 05/2011 (2013) e 04/2014 (2016) para a elaboração de livros didáticos. Segundo os editais “as obras didáticas são destinadas aos alunos de escolas públicas situadas ou que tenha turmas anexas ao campo que oferecem o ensino fundamental em turmas multisseriada e que integram as redes de ensino municipal e estadual. Assim as editoras elaboram seus livros e manuais conforme as exigências presente nos editais.

Os editais de 05/2011 e 04/2014 são similares, apresentado os requisitos necessários para a participação das editoras no processo da elaboração dos livros didáticos; como o livro deve ser estruturado; como devem ser as formas de avaliação, entre outros pontos. Para entendermos melhor essa estrutura, será apresentado um quadro (03) com os pontos principais e suas diferenças de um edital para o outro, vejamos no quadro a seguir:

Quadro 03: síntese dos editais do PNLD do campo de 2011 e 2014

Tópico	PNLD 2011 (pontos principais)	PNLD 2014 (Pontos principais)	Principais diferenças
Objetivo	Convocação de inscrição para avaliação dos livros didáticos para o PNLD do campo.	Convocação de inscrição para avaliação das obras didáticas das escolas do campo.	Não houve mudança nos editais

Caracterização das coleções	As coleções estão divididas em quatro tópicos; multisseriadas , interdisciplinares, temática, seriada multidisciplinar integrada, seriada multidisciplinar por área, multisseriada multidisciplinar por área.	As coleções estão divididas em quatro tópicos; seriada interdisciplinar, multisseriada interdisciplinar, multisseriada temáticas e livros regionais .	O edital de 2014 acrescenta na sua coleção os livros de arte e regional cada um com um volume, as coleções de 2014 apresenta apenas uma coleção seriada.
Condições de participação	Devem corresponder ao decreto nº 7.084 de 2010 a resolução/FNDE 40 de 2010, poderá participar quaisquer empresas estabelecida no país que atentada os requisitos, não poderá participar empresas públicas e nem estrangeiras, exceto aquelas que tem consórcio com empresas brasileiras.	Devem corresponder ao decreto nº 7.084 de 2010 a resolução/FNDE 40 de 2010, poderá participar quaisquer empresas estabelecidas no país que atentada os requisitos, não poderá participar empresas públicas e nem estrangeiras, exceto aquelas que tem consórcio com empresas brasileiras.	Não houve mudança nos editais.
Avaliação e aprovação das coleções didáticas	Triagem, pré-análise, avaliação pedagógica, guia do livro didático, escolha das coleções didáticas.	Primeira triagem, segunda triagem, pré-análise, avaliação pedagógica, guia do livro didático, escolha das coleções didáticas.	Modelo de avaliação e triagem das obras didáticas.
Aquisição, produção e entrega	Aquisição contrato administrativo, produção, controle de qualidade, entrega.	Produção, controle de qualidade, entrega.	Não houve mudança nos editais.
Princípios e critérios para avaliação das coleções	Os livros devem compor as diretrizes bases da educação do campo que supõem identificação de um modelo próprio de vida e da utilização do espaço e a valorização da identidade da escola por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo.	Os livros didáticos devem desempenhar um papel pedagógico, assegurando uma concepção e proposta pedagógica adequada às características dos sujeitos do campo e a veiculação de conceitos e informações, mantendo coerência da sua opção metodológica e um papel social em defesa do campo como um espaço de cultura, produção e conhecimento,	Não apresentam grandes mudanças, sendo que o edital de 2014 é mais detalhado nos critérios dos livros didáticos.

		contribuindo para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e valorização do campo.	
Critérios eliminatórios comuns a toda área.	Destacam pontos e diretrizes de como o livro deve ser aborda os conteúdos de forma geral.	Destacam pontos e diretrizes de como o livro deve ser aborda os conteúdos de forma geral.	Não apresenta grandes mudanças, o edital de 2016 acrescenta no ponto 4.1.1 mais dois critérios, e o mesmo edital acrescentam mais um ponto 4.1.7 que corresponde à perspectiva interdisciplinar na abordagem do conteúdo.
Critérios eliminatórios por área.	São apresentados, princípios e critérios eliminatórios específicos a serem observados na apreciação das obras submetidas ao PNLD Campo 2011, em todas as áreas.	Apresentam princípios e critérios eliminatórios específicos a serem observados na apreciação das obras submetidas ao PNLD Campo 2016, em todas as áreas.	Houve apenas uma mudança relacionada ao ponto de história com acréscimo de um critério.

Fonte: própria do autor (2022)

As obras didáticas estão organizadas em dois seguimentos: a) que corresponde as séries do 1º ao 3º ano, e compreende as disciplinas de Letramento e Alfabetização, alfabetização em Matemática, História, Geografia e Ciências. O seguimento b) corresponde ao 4º ao 5º e compreende as áreas de Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia e Ciências. Sendo que o edital de 2014 acrescentou a disciplina “Arte” para compor os livros da educação do campo.

Ponto de grande importância, que seria a mudança mais relevante com relação aos dois editais, foi a inclusão do livro regional no PNLD de 2014, que segundo o edital deve apresentar apenas um volume abrangendo Arte, Cultura, História e Geografia da região para as turmas do seguimento B (4º e 5º ano). Segundo o edital de 2014 o livro regional deve “Registrar a experiência de grupos que se identificam por fronteiras espaciais e socioculturais e, apresentam-se sob abordagem temática” (BRASIL, 2014, p.64).

O Livro Regional não pode, em nenhuma hipótese, incorrer nos seguintes equívocos: 1) deixar de explicitar os conceitos de local e/ou região empregados na obra; 2) interpretar a realidade regional de forma estereotipada, classificando identidades locais como superiores ou inferiores, veiculando regionalismos xenófobos e estimulando o conflito entre formações sociais que tiveram trajetórias

marcadamente diferenciadas; 3) abordar a experiência regional isoladamente, sem levar em conta as suas inter-relações com processos históricos em macroescala, na longa duração, ocorridos para além das fronteiras regionais; 4) abordar a experiência local, apenas, como repetição abreviada de processos históricos em macroescala, ocorridos para além das fronteiras regionais; (BRASIL,2014,P.64).

A produção do livro regional visa trabalhar através das disciplinas de História, Geografia, Arte e cultura as diferentes diversidades do campo, na qual por muitas vezes os livros das outras áreas não abrangem. Outro ponto a se destacar, é que os dois editais solicitam livros destinados a classes multisseriadas, seriadas e multi/interdisciplinares, como podemos observar no quadro abaixo (quadro 04):

Quadro 04: composição das coleções didáticas do PNLD do campo

Editais do PNLD do Campo 2011	Editais do PNLD do Campo 2014
Tipo I: Multisseriada Interdisciplinar Temática	Tipo I: Composição Seriada Interdisciplinar
Tipo II: Seriada Multidisciplinar Integrada	Tipo II: Composição Multisseriada Interdisciplinar
Tipo III: Seriada Multidisciplinar por Área	Tipo III: Composição Multisseriada Interdisciplinar Temática
Tipo IV: Multisseriada Multidisciplinar por Área	Tipo IV: Composição Livro Regional

Fonte: Rodrigues (2019, p. 103)

Nos livros multisseriados assim como na seriada, o objetivo principal é conseguir proporcionar ao aluno um conteúdo de qualidade, para que ele tenha um aprendizado satisfatório, resultando no desempenho educacional. Porém, a Educação do Campo e a classe multisseriada, possuem peculiaridades especiais, uma vez que educador encontra dificuldade em trabalhar com séries distintas em um único espaço, além de ter que conseguir adaptar o conteúdo programático para os alunos de determinada faixa etária diferente.

Dessa forma, os livros didáticos dos editais de 2011 e 2014 devem ter como base os critérios apresentados. No ponto 3.20 do edital de 2011 e no ponto 3.23 do edital de 2014, é explicado que os livros didáticos devem atender obrigatoriamente as políticas das diretrizes da educação do campo presente nos “Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, na Resolução CNE/CEB nº 1/2002, Resolução CNE/CEB nº 2/2008 e na Resolução CNE/CEB nº 4/2010.” Resoluções que determinam que as editoras devem elaborar seus livros de acordo com os pontos apresentados nas relações e no decreto.

O decreto de nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, aborda em linhas gerais quais são as comunidades do campo, sendo que o edital o PNLD de 2014, reforça essa definição, destacando como povos do campo:

Os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2014p. 44).

Destacando que o processo educativo deve ser voltado para cada realidade, ao afirmar que os livros devem abordar as especificidades das populações do campo, viabilizando o acesso de professores, alunos e famílias a fatos, conceitos, saberes, práticas, valores e possibilidades de compreender, transformar e ampliar o modo de ver e fazer a ciência, a sociedade e a educação. (BRASIL, 2014, p.44)

Ainda no decreto de nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, um dos pontos mais importantes é o art.2º que trata sobre os princípios da educação do campo, dentre os quais, merece destaque os seguintes:

I - Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas (BRASIL, 2010).

Contudo, falar do meio rural ou campo soa como algo que é apenas diferente do meio urbano, mas as comunidades do campo vão além de uma simples denominação de algo diferente. Cada comunidade tem suas culturas, seu modo de vida, seus costumes. Dessa forma, a educação não poderia ser diferente, visto que ela tem o intuito de trabalhar o processo de desenvolvimento da sociedade e desenvolver a capacidade humana de construir conhecimento e levantar ideias sobre diferentes pontos. E como o campo não é algo homogêneo, se deve se atentar para suas particularidades na elaboração do livro didático.

Segundo Moreira, a interação cognitiva entre o novo conhecimento e o conhecimento prévio já adquirido pelo aluno, faz com que se tenha significado e uma melhor compreensão

dos assuntos abordados. Com isso, é fundamental ter livros didáticos que abordem as diversidades do campo, para que os professores juntamente com seus alunos possam construir conhecimentos significativos. Nesse sentido, define-se que as metodologias e as formas de organizações devem estar em conformidade “como a pedagogia da terra” para que se tenha a interação entre os dois meios, tanto da educação como da comunidade (BRASIL, 2010, p.12).

Diante dos critérios que os livros devem apresentar, os editais também abordam critérios de avaliação dos livros. Destacando que os livros devem desempenhar um papel pedagógico que assegure uma proposta adequada as características dos sujeitos do campo, fazendo uma veiculação de conceitos e informações, desempenhando um papel social de defesa do campo como um espaço de cultura, produção e conhecimento, que contribua para um projeto sustentável. Para alcançar esses objetivos, segundo os editais:

“o livro didático deve veicular informação correta, precisa, adequada e atualizada, procurando assegurar que os componentes curriculares e as áreas de conhecimento articulem seus conteúdos a partir da abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que contemplem diferentes dimensões da vida humana, tanto na esfera individual, quanto global, regional e local” (BRASIL, 2014, p.44).

Certamente, os editais apresentam essas referências de avaliação para que as obras didáticas destinadas aos alunos do campo possam ser de acordo com a diversidade do mesmo. Porém, segundo o edital “isso não quer dizer que todos os conteúdos do currículo devam subordinar-se exclusiva e rigidamente a esses temas, mas, no caso de se fazer esta opção metodológica para as obras, que os temas sejam tomados como ponto de partida do processo de ensino/aprendizagem e na organização dos conteúdos.” (BRASIL, p.47-48).

Os editais ainda apresentam os critérios eliminatórios comuns por área, os quais precisam ser observados no processo de avaliação e triagem dos livros, sendo eles:

1) respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental, séries - anos iniciais, com as especificidades da educação do campo; 2) observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano; 3) coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados; 4) correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos; 5) observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação do livro do aluno à proposta pedagógica nele apresentada; 6) adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da obra.(BRASIL, 2011, p.32).

Os critérios apresentados acima de exclusão são os mesmos do PNLD convencional, exceto o terceiro o qual fica mais próximo da proposta da educação do campo. Além desses critérios, os livros devem apresentar as legislações, as diretrizes e normas que regulamentam o ensino fundamental e também os princípios éticos e democráticos necessários para o convívio social e a cidadania. Os editais também apontam para o manual dos professores, o qual deve ter como finalidade orientá-lo no uso adequado do material e deve colaborar para o processo de ensino-aprendizagem diante das mudanças e avanços recentes, tanto na área do conhecimento como no ensino em geral.

A preocupação com a forma como o professor vai fazer uso do recurso didático, é extremamente importante, uma vez que o docente exerce papel crucial no processo educativo, por ser o mediador entre o educando e os conteúdos de aprendizagem. Com isso, se tem necessidade de o manual do professor não ser apenas a cópia do livro do aluno, mas, ir além do conteúdo, mostrar caminhos de como trabalhar as temáticas colocadas nos livros didáticos, tendo em vista que o manual do professor, diversas vezes é a única fonte de estudo ou pesquisa que os professores têm acesso nas escolas do campo (BRASIL, 2014).

O edital também apresenta os princípios e critérios eliminatórios específicos por área a serem observados na avaliação das obras., sendo que a única mudança de um edital para o outro foi o acréscimo dos critérios eliminatório das áreas de arte e do livro regional que estão presente no edital de 2014. Nesse sentido, é importante destacar que apesar dos editais estarem apresentando em vários momentos os critérios de eliminação, eles não foram específicos com relação aos critérios. Já na listagem de critérios eliminatórios comuns por áreas, eles não abordaram as particularidades das comunidades do campo, o que a todo momento e levantado no edital, ou seja, essas especificidades do campo não estão inseridas no conteúdo abordado no livro didático, sendo que esses critérios eliminatórios são os mesmos do PNLD convencional.

De uma forma geral, os editais de 2011 e 2014 trazem em linhas gerais, regras e elementos para o processo de inscrição, avaliação e aprovação das obras didáticas para o PNLD do campo, dando ênfase nas especificidades do campo, na qual os livros devem abordar. Sendo que os editais não tiveram grandes mudanças, apenas acréscimos nas áreas de Artes e Cultura e em relação ao livro regional. Havendo raras mudanças no que diz respeito aos critérios de avaliação e triagem.

4. LIVROS DIDÁTICOS

Aqui, serão apresentados os livros didáticos, *Girassol: Saberes e Fazeres do Campo* do PNLD do campo de 2013 e o *Novo Girassol: Saberes e Fazeres do Campo* do PNLD do campo de 2016. Os livros serão analisados e apresentados os elementos tidos como mais relevante, isto com base na análise de seus respectivos editais, bem como apresentado aspectos históricos relacionados aos livros didáticos.

4.1 Aspectos gerais dos livros

Os livros didáticos em análise são os denominados **seriados multidisciplinares**, os quais estão organizados em três áreas do conhecimento, Letramento e Alfabetização, Geografia e História. Os livros estão estruturados por unidade e capítulos, sendo que cada área do conhecimento contém quatro unidades e as unidades, dois capítulos. As duas coleções trazem dois personagens: Maria Sol e Zé Sabiá, que tem a finalidade de facilitar o entendimento dos assuntos. Maria Sol está presente nas atividades e exercícios e Zé Sabiá é encarregado de apresentar outros espaços, trazendo informações e ampliando a relação entre campo e cidade.

Os livros apresentam duas seções chamadas “vai e vêm” que tem o objetivo de trazer para sala de aula questões importantes da comunidade, fazendo com que os alunos reflitam sobre seu cotidiano. E o “mural da vivencia” sugere a montagem de murais com os sabres apreendidos em toda a disciplina, favorecendo o desenvolvimento da realidade e compreensão do conteúdo.

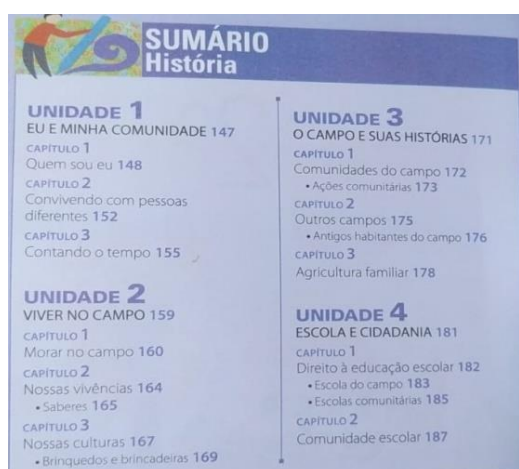
Os livros também apresentam boxes com “dicas de leituras” que trazem sugestões de leituras complementares para os alunos, a fim de aprimorar o conhecimento a respeito do assunto que foi estudado. E o box “hora da vivencia” que tem o intuito de dialogar e socializar os assuntos estudados em sala. Dessa forma, os livros evidenciam a importância da leitura, instigando os alunos a buscarem leituras fora do ambiente da escola.

Quanto às atividades, as coleções apresentam as propostas de atividades individuais e em grupo, visando estimular o compartilhamento de experiências entre os alunos, possibilitando experiências diversificadas que exploram tanto as informações mais globais, bem como as locais. As atividades possuem os mais distintos gêneros textuais e formas de linguagem, de acordo com as áreas de conhecimento que elas são vinculadas e aos conceitos de suas determinadas temáticas, trazendo textos informativos, imagens, mapas, tabelas e desenhos, para o desenvolvimento das atividades.

Os conteúdos abordados nas unidades e capítulos das disciplinas apresentam diversas formas de linguagem de gêneros textuais (diálogos, poesias, bilhetes, desenhos, posturas

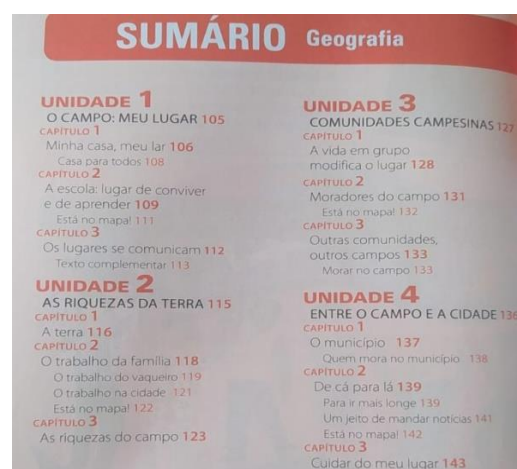
corporais, imagens...), as autoras selecionam para o eixo da leitura gêneros que favorecem o processo de apropriação da escrita. Os conteúdos das disciplinas de História e Geografia são colocados pelas autoras de forma linear cronológica, que vai do micro para o macro trabalhando inicialmente o levantamento das concepções prévias e de conhecimento prévios dos alunos sobre a temática trabalhada, permitindo com que a criança desenvolva autonomia e incentivando-o a reflexão e a problematização e com isso a socialização das vivências. Para compreender essa organização serão apresentados os sumários da disciplina de Geografia e História, os quais são demonstrados nas figuras que se seguem (figuras 01 e 02).

Figuras 01 e 02: sumários de geografia e história das coleções didáticas de 2013 e 2016.



SUMÁRIO História	
UNIDADE 1 EU E MINHA COMUNIDADE 147	UNIDADE 3 O CAMPO E SUAS HISTÓRIAS 171
CAPÍTULO 1 Quem sou eu 148	CAPÍTULO 1 Comunidades do campo 172
CAPÍTULO 2 Convivendo com pessoas diferentes 152	• Ações comunitárias 173
CAPÍTULO 3 Contando o tempo 155	CAPÍTULO 2 Outros campos 175
	• Antigos habitantes do campo 176
	CAPÍTULO 3 Agricultura familiar 178
UNIDADE 2 VIVER NO CAMPO 159	UNIDADE 4 ESCOLA E CIDADANIA 181
CAPÍTULO 1 Morar no campo 160	CAPÍTULO 1 Direito à educação escolar 182
CAPÍTULO 2 Nossas vivências 164	• Escola do campo 183
• Saberes 165	• Escolas comunitárias 185
CAPÍTULO 3 Nossas culturas 167	CAPÍTULO 2 Comunidade escolar 187
• Brinquedos e brincadeiras 169	

Fonte: CARPANEDA, 2013, p.146



SUMÁRIO Geografia	
UNIDADE 1 O CAMPO: MEU LUGAR 105	UNIDADE 3 COMUNIDADES CAMPESINAS 127
CAPÍTULO 1 Minha casa, meu lar 106	CAPÍTULO 1 A vida em grupo modifica o lugar 128
• Casa para todos 108	CAPÍTULO 2 Moradores do campo 131
CAPÍTULO 2 A escola: lugar de conviver e de aprender 109	• Está no mapa! 132
• Está no mapa! 111	CAPÍTULO 3 Outras comunidades, outros campos 133
CAPÍTULO 3 Os lugares se comunicam 112	• Morar no campo 133
• Texto complementar 113	
UNIDADE 2 AS RIQUEZAS DA TERRA 115	UNIDADE 4 ENTRE O CAMPO E A CIDADE 136
CAPÍTULO 1 A terra 116	CAPÍTULO 1 O município 137
CAPÍTULO 2 O trabalho da família 118	• Quem mora no município 138
• O trabalho do vaqueiro 119	CAPÍTULO 2 De cá para lá 139
• O trabalho na cidade 121	• Para ir mais longe 139
• Está no mapa! 122	• Um jeito de mandar notícias 141
CAPÍTULO 3 As riquezas do campo 123	• Está no mapa! 142
	CAPÍTULO 3 Cuidar do meu lugar 143

Fonte: CARPANEDA, 2016, p. 104

De acordo com as imagens (01 e 02) é nítido perceber que as autoras buscam trabalhar a realidade dos alunos, bem como as escolas e casas, visando despertar os alunos para o reconhecimento do seu espaço, avançado com os assuntos para a realidade dos sujeitos. Aqui é preciso pontuar a importância do professor nesse processo, uma vez que apesar da busca por tratar da realidade campesina, como já destacada, o campo é formado por vários grupos, assim, os livros também tratam de formas variadas. Dessa forma, caso o docente não esteja atento, pode fugir da intenção que é trabalhar com temáticas da realidade do sujeito, construindo conhecimentos significativos.

O conteúdo da unidade de letramento e alfabetização, diferentes das outras duas disciplinas, ela não apresenta uma linha cronológica dos assuntos, ou seja, como a unidade está voltada para o letramento e alfabetização ela busca trabalhar assuntos que sejam atrativos para os alunos e que através deles eles possam aprender a escrita.

Figura 03: Sumário de letramento e alfabetização do livro girassol saberes e fazeres do campo 2013.

SUMÁRIO Letramento e Alfabetização	
UNIDADE 1 EU E OS OUTROS: 7 CAPÍTULO 1 EU E MEUS COLEGAS LEITURA 1: Nome da gente (Pedro Bandeira) 8 LEITURA 2: Tinha (Jean Galvão) 11 ESTUDO DA LÍNGUA: Vogais e consoantes 13 TEXTO PUXA TEXTO: Autônoma (Iva Tumani) 17 PRODUÇÃO: Mural do bom amigo 21 CAPÍTULO 2 CANTIGAS DA MINHA TERRA LEITURA 1: Cevadilha faz melão (Folclore) 23 DE OLHO NA ESCRITA: Palavras com r 24 PRODUÇÃO: Livro de adivinhas 27 LEITURA 2: Forno no escuro (Luiz Gonzaga) 31 DE OLHO NA ESCRITA: Palavras com rr 32	UNIDADE 3 CORAL DA MINHA TERRA: 58 CAPÍTULO 1 FRUTAS DA MINHA TERRA LEITURA 1: Fruta bonita (Sérgio Capparello) 59 DE OLHO NA ESCRITA: Consoante + r 60 PRODUÇÃO: Jogo 62 LEITURA 2: A semente (Maria Lucia Godoy) 64 DE OLHO NA ESCRITA: Palavras com e no final de sílaba 65 CAPÍTULO 2 VAMOS LER JARÁ LEITURA 1: Passos de bor (Sônia Dumort) 69 DE OLHO NA ESCRITA: Palavras com x no final de sílaba 73 LEITURA 2: O mosquito (Fábio Cardoso) 75 ESTUDO DA LÍNGUA: Trava 77 PRODUÇÃO: Legenda de fotografia 79
UNIDADE 2 BRINCADERAS DE ONTEM E DE HOJE: 34 CAPÍTULO 1 BRINCADERAS AO AR LIVRE LEITURA 1: Na gangorra (Alba de Castro) 35 DE OLHO NA ESCRITA: Palavras com n no final de sílaba 36 PRODUÇÃO: Entrevista 38 ESTUDO DA LÍNGUA: Letra maiúscula e minúscula 39 LEITURA 2: Papagaio (Cristina Araújo) 41 DE OLHO NA ESCRITA: Palavras com m antes de n e r 42 TEXTO PUXA TEXTO: Bêbete 45 CAPÍTULO 2 BRINCADERAS COM PALAVRAS LEITURA 1: Corrente (José Paulo Pass) 46 DE OLHO NA ESCRITA: Palavras com x 47 TEXTO PUXA TEXTO: Carta enigmática (Ziraldo) 49 LEITURA 2: Escrito pelo belo nome... (Tradicional) 51 DE OLHO NA ESCRITA: Palavras com ss 52 PRODUÇÃO: Livro de quadrinhas 56	UNIDADE 4 O TEMPO E O TRABALHO: 80 CAPÍTULO 1 TEMPO E O TRABALHO LEITURA 1: Trêz hora (Eza Beatriz) 81 DE OLHO NA ESCRITA: Palavras com h 82 LEITURA 2: Chave (Chaves) (Benedita Ribeiro) 84 DE OLHO NA ESCRITA: Palavras com ch 86 PRODUÇÃO: Trava língua 87 TEXTO PUXA TEXTO: Cartaz 88 ESTUDO DA LÍNGUA: Palavras 90 CAPÍTULO 2 TEMPO DE CRIAR LEITURA 1: Galinha d'angola (Roseana Murray) 91 DE OLHO NA ESCRITA: Palavras com nh 92 LEITURA 2: Alorô (Vinícius de Moraes) 97 DE OLHO NA ESCRITA: Palavras com lh 99 PRODUÇÃO: Roda de conversa 102

Fonte: CARPANEDA, 2012, p.06

A unidade de letramento e alfabetização é perceptível pelo sumário (figura 03) que contém mais leituras e relação às outras unidades, o que é normal, dada a intenção da disciplina. No entanto, é importante ressaltar que somente a leitura e alfabetização como sonorização, não traz os benefícios que se buscam no processo educacional, as leituras e trabalhos em sala, devem buscar a significação (FREIRE, 1996).

4.2 Livro Girassol: Fazeres e Saberes da Terra e o Novo Girassol: Saberes e Fazeres da Terra.

Tendo como objetivo geral auxiliar o professor, corpo docente, os alunos no período das aulas, os livros didáticos foram adequados para processo de ensino nas escolas do campo, logo, livro nessa primeira etapa da educação básica é um recurso indispensável no processo de ensino.

Vale destacar que os livros didáticos são os materiais básicos de apoio para o desenvolvimento do trabalho docente e do processo de aprendizagem dos alunos. Por isso, as coleções didáticas de ensino e a aprendizagem são avaliadas e devem considerar o espaço educacional campo, a partir do texto, atividade e ilustrações que compõem os livros para alunos. Uma articulação do conteúdo escolar de forma adequada usando referências contextuais às suas relações vivenciadas no campo.

Com isso, o livro, no que diz respeito à concepção de linguagem e sua aprendizagem, torna-se um material vivo com a função não só de levar conhecimento, mas sim contribuir na formação do aluno como sujeito. No entanto, até chegar às mãos dos alunos, o livro tem um longo caminho a seguir, seja no que diz respeito à política educacional que mapeia diretrizes para as quais ele é subordinado; interesses econômicos, teorias de ensino e aprendizagem ou

mesmo na concepção de linguagem que tem como principal agente de sua escolha, o professor. Então, serão analisados os livros das coleções didáticas, partindo do princípio de como os livros estão estruturados e como eles abordam as problemáticas e particularidades do campo.

Figura 04: capa dos livros analisados “Girassol: Saberes e Fazeres do Campo” e o “Novo Girassol: Saberes e Fazeres do Campo”



Fonte: CARPANEDA, 2013.

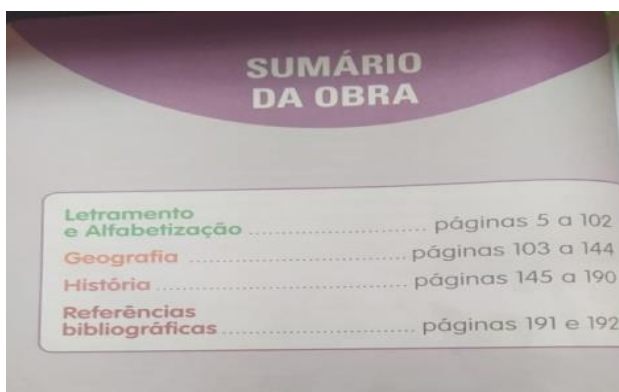
Fonte: CARPANEDA, 2016.

Os livros foram desenvolvidos a partir de uma avaliação criteriosa dos acervos voltados para as particularidades das escolas do campo, para apoiar o trabalho dos professores e das escolas. Vale destacar que os livros didáticos são os materiais básicos de apoio para o desenvolvimento do trabalho docente e do processo de aprendizagem dos alunos.

Com relação às ilustrações presente nas capas, elas possibilitam um paralelo entre a coleção e o campo. Essa publicação se utiliza dos elementos que podem ser atreladas às atividades desempenhadas nesse local, para aproximação com o leitor da sua realidade. Tanto o livro da coleção Girassol 2013 e Novo Girassol 2016 do 2º ano de fundamental, possuem 192 páginas.

Os componentes de Letramento e Alfabetização, nos dois volumes são de autoria de Isabella Carpaneda e Angiolina Bragança. Os componentes de Geografia e História são de autoria de Tânia Moraes e Suely Almeida. Os volumes em análise, cada um contém três componentes disciplinares (Letramento e Alfabetização, Geografia e História) e em cada componente há quatro unidades e cada unidade há dois capítulos, os livros são de forma seriada e multidisciplinar, ou seja, cada disciplina ocupa separadamente uma parte do volume, como indica no sumário:

Figura 05: sumário dos livros analisados “Girassol: Saberes e Fazeres do Campo” e o “Novo Girassol: Saberes e Fazeres do Campo”

A imagem mostra a capa de um livro com o título "SUMÁRIO DA OBRA" em letras brancas sobre um fundo verde. Abaixo, há uma caixa branca com o sumário. O sumário é o seguinte:

Letramento e Alfabetização	páginas 5 a 102
Geografia	páginas 103 a 144
História	páginas 145 a 190
Referências bibliográficas	páginas 191 e 192

Fonte: CARPANEDA, 2016.

Na primeira unidade de Letramento e Alfabetização, os livros apresentam as temáticas instituídas em “eu e os outros” dando ênfase às diversas situações de convivência com as outras pessoas. O livro apresenta elementos que sugerem a identificação do sujeito do campo, mostrando algumas realidades. A segunda unidade é apresentada como as “brincadeiras de ontem e de hoje” situando a relação de amizade entre os colegas, enfatizando a importância da brincadeira para as crianças e que através dela eles também podem aprender. Já na terceira unidade denominada como “coisas da minha terra”, retrata a extensão do território brasileiro e a diversidade de produção presente no campo. Por fim na última unidade designada como “tempo e trabalho” buscar relatar a forma de trabalho presente do campo.

Na primeira unidade de Letramento e Alfabetização, os dois livros dão bastantes ênfases nas leituras, pequenos textos são apresentados e através deles as atividades são postas. Os dois livros didáticos nesse primeiro ponto são bastante parecidos. É visível nessa unidade a presença das imagens que remetem algumas características do campo, como, casa, horta, animais, frutas, referente aos conteúdos abordados, os textos apresentados não fazem muita alusão ao campo, percebe-se que nas atividades, elas buscam trabalhar as demandas do campo, instigando ao aluno dialogar com os colegas sobre a sua realidade ou com a família.

Na segunda unidade pertencente à Geografia, denominada “campo: meu lugar”, nesse ponto busca-se explicar que o campo tem vários espaços de convivência e destaca as escolas e casa com lugares de apreender e conviver, nas quais estão diretamente relacionadas as sensações, percepções da vivências do sujeito. Na segunda unidade “as riquezas da terra”, os livros trabalham com cuidado que devem ter como planeta Terra e a importância dele para os povos, tanto do campo como da cidade. Na terceira unidade “as comunidades camponesas”, que se configura de acordo com o livro como forma de viver em grupo, e que é um modo de

melhorar suas condições de sobrevivências e organizar a vida e vencer as dificuldades. E importante destacar que na apresentação são retratadas as comunidades que vivem no campo, o livro “Novo Girassol: Saberes e Fazeres do Campo” de 2016, não apresenta as comunidades ribeiras na sua denominação de comunidades do campo. Na quarta unidade instituída “entre o campo e a cidade” demonstra que existem muitos espaços e paisagens que foram construídas com base no modo de vida e nas necessidades das pessoas, do campo e da cidade, como se não houvesse relações entre elas.

Contudo, na unidade de Geografia do PNLD de 2013 os conteúdos, as abordagens de textos, imagens estão em conformidade com as temáticas do campo, eles não trazem somente imagem, mas textos, conteúdos que trabalham o campo mesmo que seja em poucas páginas.

Figura 06: apresentação do capítulo 02 da disciplina de geografia livros analisados girassol: saberes e fazeres do campo 2013



Fonte: CARPANEDA, 2013, p. 129

No último tópico disciplinar que é delimitado pela História, na sua primeira unidade de “minhas vivências”, trabalha a convivência das pessoas e a formação de grupos que fazem parte da nossa história. Nesse tópico, as autoras lançam um convite para contar e conhecer a história. Na segunda unidade “saberes e fazeres da terra”, retrata que o campo é lugar de vivências de muitos povos, e que cada povo tem seu modo de viver e que seus jeitos revelam os saberes e fazeres do campo. Já na terceira unidade “o campo e sua história” retrata a força da luta das comunidades que constrói história. Por último, a unidade quatro “cidadão do campo”, destaca que a escola do campo e direito de todos, e que deve ensinar a cuidar da terra e da sua comunidade. Na unidade de História segue a mesma linha da Geografia, trabalha em linhas gerais o campo, buscando instigar os alunos a conhecerem sua história e a relação de unidades que está representada no campo.

Os livros analisados apontam as temáticas do campo, mesmo sendo apenas tangencial, embora haja a possibilidade de ampliar por meio de leituras e atividade as vivências e culturas de cada comunidade. As coleções destacam-se as abordagens diversificadas de práticas culturais como, brincadeiras, costumes, danças, festa, e de espaço do campo como, moradias campesinas diversas, escola, floresta, plantações; as coleções possibilitam a ampliação do diálogo entre escola, família e comunidade. As duas coleções exploram de modo geral os conteúdos de forma contextualizada (mesmo que algumas comunidades sejam em poucas páginas) em função das especificidades da formação do campo, favorecendo que a criança desenvolva autonomia para compreender mundo que o cercar e para interpretar as situações do dia a dia.

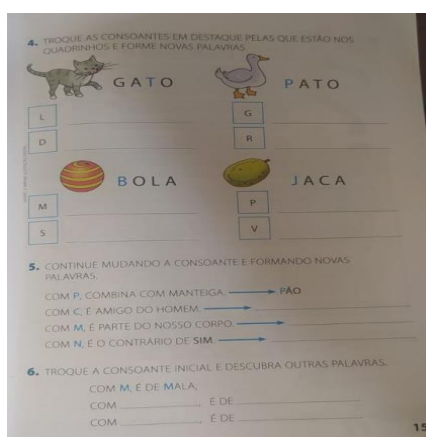
4.3 Atividades e conteúdo dos livros

As coleções didáticas do PNLD do campo segundo o guia do livro didático “exploram conteúdos de forma contextualizada em função da especificidade da formação do campo” (BRASIL, 2013, p.29). Contudo, nessa perspectiva, os livros os apresentam experiência significativa de leitura e de escrita, trabalhando com repertórios variados de gêneros textuais, além de atividades que recorrem a diferentes formas de linguagem e diversos recursos didáticos, os livros trabalham com uma pedagogia de formação, as páginas não se concentram em apenas repassar conteúdo, mas em fazer o aluno pensar e refletir.

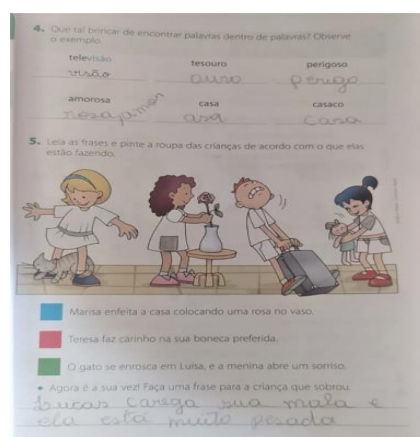
Os conteúdos das coleções destinam uma maior atenção ao trabalho com Alfabetização e Letramento reservando um número maior de páginas para esse componente curricular, o que é compreensível uma vez que nessa faixa etária, uma das maiores preocupações em relação ao ensino da criança é para a alfabetização, contudo, é preciso ressaltar que o aluno não deve apenas conhecer letras e palavras, mas deve ter o entendimento do que lê, deve aprender a fazer a leitura do mundo. Nesse sentido, se faz necessário que o professor tenha cuidado em relacionar o conteúdo do livro com a realidade do aluno, para que o mesmo possa compreender as relações que estão ao seu redor.

Nas atividades de Letramento e Alfabetização, é possível observar que as autoras trabalham principalmente como o método sintético. Notam-se essas características predominantes em várias atividades, como apresentado nas figuras abaixo (figuras 07, 08 e 09):

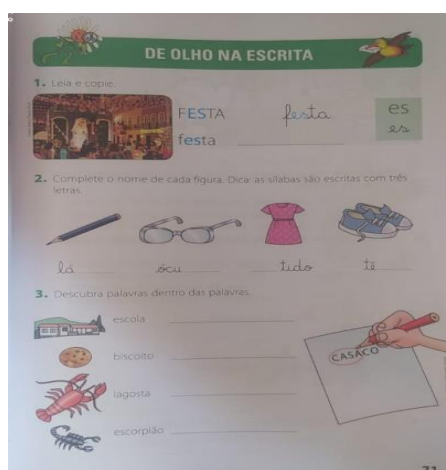
Figuras 07, 08 e 09: atividades do livro didático Novo Girassol Saberes e Fazeres do Campo do PNLD de 2016.



Fonte: CARPANEDA, 2016, p.15

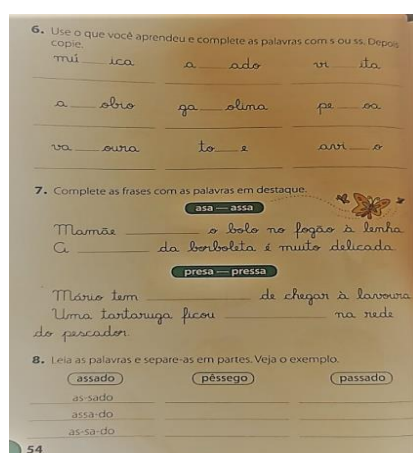


Fonte: CARPANEDA, 2016, p.47

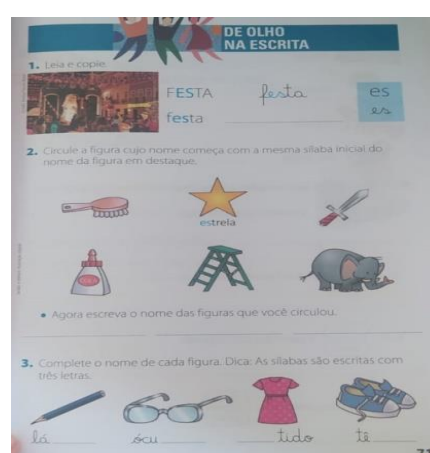


Fonte: CARPANEDA, 2016, p.71

Figuras 10 e 11: atividades do livro didático Girassol saberes e fazeres do campo do PNLD de 2013.



Fone: CARPANEDA, 2013, p.54



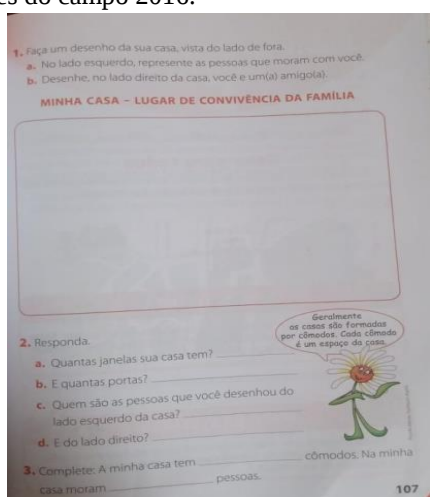
Fonte: CARPANEDA, 2013, p. 71

Nas imagens das atividades de Letramento e Alfabetização das duas coleções didáticas de unidades diferentes, é perceptível que maioria das atividades são repetitivas, se tornado desinteressante, principalmente porque sempre leva o aluno ao mesmo contexto de

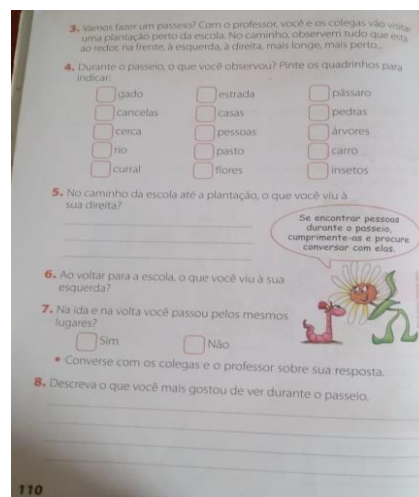
completar, circular, juntar sílabas, possibilitando o aluno a prever o que ele deve fazer, não permitindo uma análise de reflexão das informações do conteúdo.

As atividades das unidades disciplinares de Geografia e História têm uma abordagem diferente com relação a apresentada pela unidade de Letramento e Alfabetização. Os conteúdos abordados nessas disciplinas buscam trabalhar processo de transmissão dos conteúdos visando os processos cognitivos, foco, criatividade, memória, através de imagens, atividade oral e em casa com a família, as atividades abordadas nesses componentes curriculares são baseadas no método cognitivo científico, no qual a atividade completa a organização do conteúdo, estabelecendo os caminhos a serem seguidos a fim de que se alcancem os objetivos da disciplina. A seguir serão apresentadas imagens das unidades disciplinares de História e Geografia dos livros de 2013 e 2016 (figuras 12, 13 e 14 e figuras 15, 16 e 17).

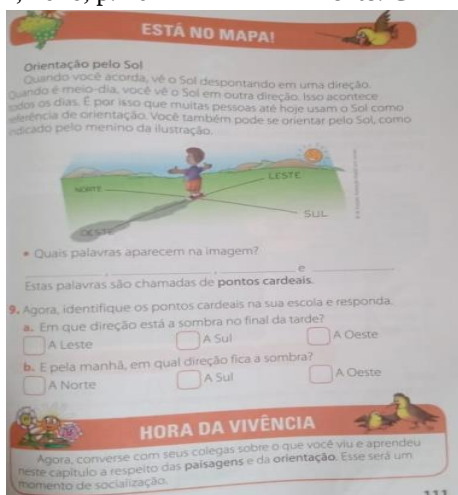
Figuras 12, 13 e 14: imagens de atividades da disciplina de Geografia do livro didático Novo Girassol: Saberes e Fazeres do campo 2016.



Fonte: CARPANEDA, 2016, p. 107

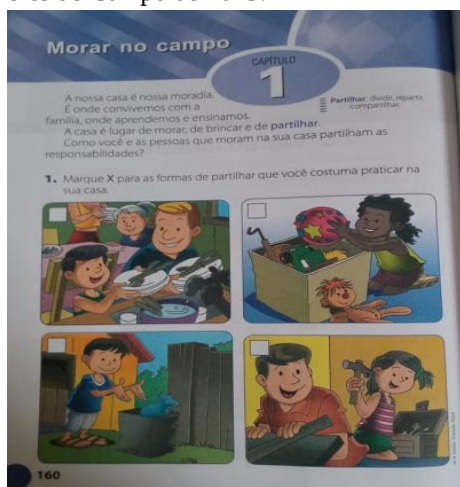


Fonte: CARPANEDA, 2016, p.110

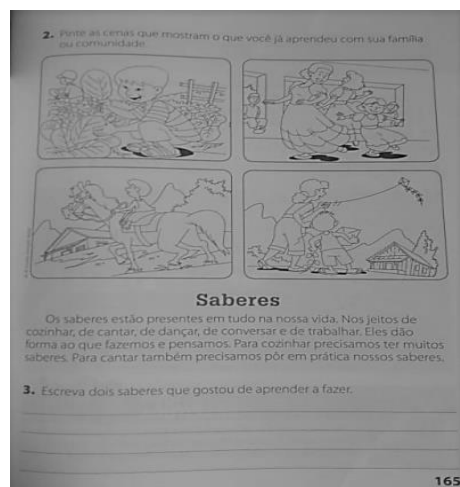


Fonte: CARPANEDA, 2016, p.111

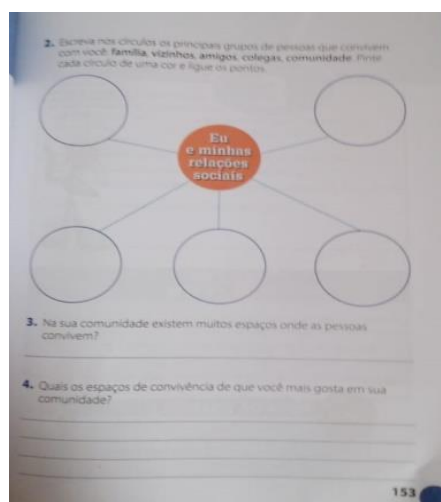
Figuras 15, 16 e 17: imagens de atividades da disciplina de História do livro didático Girassol: Saberes e Fazeres do Campo de 2013.



Fonte: CARPANEDA, 2013, p. 160



Fonte: CARPANEDA, 2013, p.165



Fonte: CARPANEDA, 2013, p.153

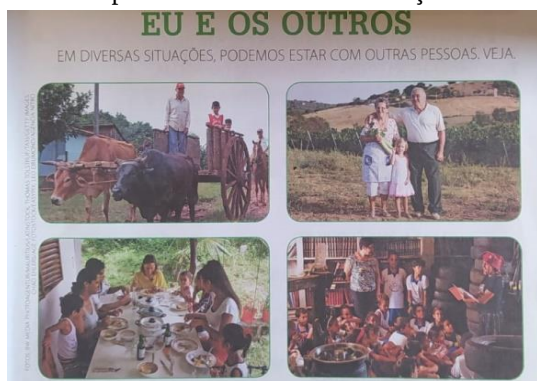
4.4 Representações do campo nos livros

A presença dos sujeitos do campo é trabalhada nos livros didáticos nos dois volumes, logo, eles correspondem às demandas dos PNLD do campo. Contudo, os estereótipos que são apresentados das comunidades camponesas fazem referência as comunidades, grupos e espaços, simplificados ou idealizados. Foi possível perceber ao longo da análise, que a predominância de denominação de campo presente nos PNLD do campo ainda está voltada para um único campo, uma “imagem” de campo agrícola, do gado, e de uma visão estereotipada.

Os livros são cheios de figuras que ilustram a vida do campo, que vai do trabalho até as formas de brincar. No entanto, como já relatada, as figuras também seguem uma

reprodução dos estereótipos, construindo um modelo cultural voltado para um único campo, o qual é predominante na maioria das imagens.

Figuras 18 e 19: livros do 2º ano da coleção Girassol (2013) há reprodução dessas comunidades, a mesma também aparece no volume 2º da coleção Novo Girassol (2016).



Fonte: CARPANEDA, 2016, p. 7



Fonte: CARPANEDA, 2013, p. 80

Nas imagens acima é apresentado um campo homogêneo, onde todos vivem de forma única, com o mesmo modo de produção, ilustrando um campo que planta e cole, não apresentando as outras formas de trabalho, como as comunidades que vivem do extrativismo. Dessa forma, embora a presença de estereótipos seja um critério eliminatório na avaliação dos PNLD, sua presença ainda ocorre nos livros analisados.

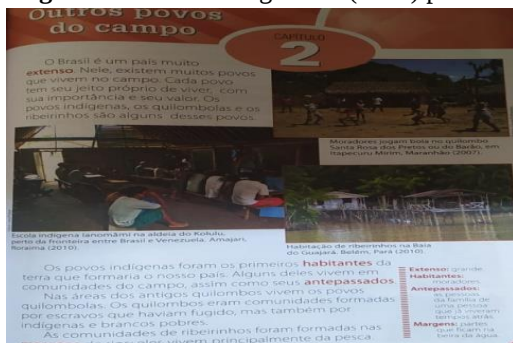
É preciso ressaltar que os sujeitos que vivem no mesmo campo são os que lutam junto por melhorias nas condições de vida, por garantia de direito, mas também tem os que matam, os que destroem a natureza e veem o campo apenas como forma de ganhar dinheiro, essa visão estereotipada que é apresentada do campo nos livros, foge da realidade de alguns alunos que vivem em espaço onde os grileiros matam os pequenos talhadores ou até mesmo aqueles que denunciam as irregularidades do campo, como foi o caso do Chico Mendes e da irmã Dorothy Stang, os quais também precisam ser melhor trabalhados, a fim de despertar os educandos para a manutenção do equilíbrio ambiental.

Ainda sob essa perspectiva, os povos ribeirinhos, pescadores, quilombolas são poucos citados ou abordados nos livros, são tratados com “outros povos do campo” apenas mostrando que existem outras formas de comunidade dentro da denominação campo, mas não faz nem uma contextualização dessas comunidades, ou seja, constituída de suas particularidades essas devem ser apresentadas para que os alunos ribeirinhos se identifiquem e os alunos das outras comunidades camponesas possam conhecer.

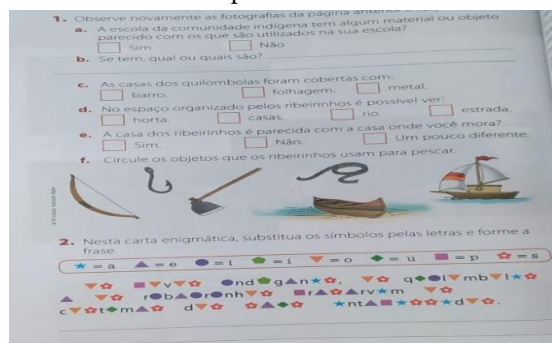
Entretanto, percebemos que o livro Girassol (2013) é mais conceitual com relação à apresentação das comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas, com a apresentação de

um pequeno texto, atividades e imagens, trabalhando a realidade dessas comunidades, de forma breve e em poucas páginas.

Figuras 20 e 21: livro girassol (2013) apresentam as comunidades do campo e atividades do assunto.



Fonte: CARPANEDA, 2013, p.175



Fonte: CARPANEDA, 2013, p. 30

As imagens acima mostram três comunidades camponesas e duas atividades que correspondem às comunidades, os textos situam informação acerca dessas comunidades, mesmo que essas informações sejam superficiais. A atividade que compõem esse conteúdo, levam os alunos a relatar o que se observa na realidade dessas comunidades, visando questionar os alunos sobre a diferença de espaço de uma mesma denominação.

Outro ponto importante percebido nos livros, diz respeito a presença das populações indígenas, que tiveram sua cultura apresentada. A história e cultura indígena passou a ser item obrigatório nos livros didáticos a partir da lei 11.465/08 que alterou a lei de Diretrizes e Bases ao incluir a obrigatoriedade do ensino de História da cultura dos povos indígenas no Brasil. na figura 22, é apresentado um trecho do livro sobre a temática.

Figura 22: livros Novo Girassol (2016) e Girassol (2013) imagem com representação dos indígenas



Fonte: CARPANEDA, 2016, p. 176

Nas imagens reproduzidas acima, há a presença de diferentes tribos e formas de vivencia dos indígenas, elas são de grande relevância para o debate dos povos indígenas, para

quebrar os paradigmas do índio estereotipado do cocar, maloca, que deve viver no passado, com aldeias isoladas ou em moradia e organização dos primórdios, o que muitos livros ainda abordam.

No entanto, sabemos que grandes partes dos indígenas residem em casas de alvenaria com acesso à internet e possuem eletrodoméstico, televisão, celular e estabelece relação com a cidade como é apresentado na imagem acima. Outro ponto importante foi que os autores escolheram imagens dos indígenas de três partes diferentes do Brasil, desmistificando a ideia de que só existem povos indígenas na Amazônia e mostrando outras etnias e grupos indígenas de outras regiões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise dos livros didáticos do 2º ano das disciplinas de Letramento e Alfabetização, História e Geografia da coleção “*Girassol: saberes e fazeres do campo*” de 2013 e “*Novo girassol saberes e fazeres do campo*” de 2016, foi possível perceber limitações no que diz respeito ao atendimento de acordo com a realidade de sua clientela. Trata-se de um material resultado de escolhas condicionadas social, histórico e culturalmente na direção de atendimento a um rigoroso edital, que encontra limites por se tratar de um documento que atenderá diferentes grupos, uma vez que no campo, há diferentes grupos, como os ribeirinhos que frequentam a escola Dondon Pinheiro.

Dessa forma, como a heterogeneidade da sociedade brasileira não pode ser completamente dimensionada em um livro didático, uma mesma política pública não poderá contemplar perfeitamente toda a diversidade de escolas e comunidades rurais do nosso país. Mas, talvez, a tentativa de contemplar todas criou um movimento homogeneizante que causa uma categorização dos campos e seus sujeitos, o que se constitui em uma forma extremamente simplificada e generalista de referenciar e distinguir o outro, dificultando o reconhecimento e a inter-relação entre as culturas.

Contudo, é necessário destacar que, apesar das limitações, os livros didáticos são de grande relevância para a Educação do Campo, sendo um recurso didático essencial em um ambiente desprovido de tecnologias. Ao se tratar da coleção analisada, por mais que encontre limitações, é perceptível que busque trabalhar as comunidades camponesas e trabalhar o ensino e aprendizagem como uma construção, destacando a importância de se trabalhar as vivências e as lutas do campo na escola, como forma de mostrar o protagonismo desses povos, dando ênfase que a luta ainda não terminou.

BIBLIOGRAFIA

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Edital 04/2014. Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático — PNLD 2016. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

BRASIL. Edital 05/2011. Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático — PNLD 2013. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

BRASIL. Decreto nº 7.352/2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária — PRONERA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso 15 nov. 2021

BRASIL. Decreto nº 93/1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publica>>. Acesso em 10 de novembro de 2021.

BRASIL. Guia PNLD Campo 2013. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2012.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em 28 dez. 2021.

BRASIL, Resolução nº 4/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais e Gerais para a Educação Básica. CNE/CEB, 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>.

BRASIL. Resolução nº. 40/2011. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) para as escolas do campo. FNDE, 2011. Disponível em <<https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3463>>.

BRESOLIN, Paoline. Educação do Campo: o cenário brasileiro das políticas públicas e educacionais. XII congresso nacional de educação. Paraná, 2015.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. II Encontro Nacional de Pesquisa sobre Educação do Campo. Brasília/ DF. 2008.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: Por uma educação básica no campo: Identidade e políticas públicas. V. 4. Brasília, 2002, p.25-36.

FERNANDES, Bernardo Mançano, MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In: Por uma educação básica no campo: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. V. 5. Brasília, 2004, p.53-80.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tânia Regina. O livro de História hoje: um panorama a partir do PNLD. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n 48, 2004, p. 123- 144.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helena Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. Em Aberto, Brasília, v.24, n.85 p.17-31, abr. 2011.

MOLINA, Mônica Castagna & SÁ, Lais Mourão. Escola do campo. IN: CALDART, Roseli Salete, et al (org). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MOREIRA, Marco Antônio. Aprendizagem Significativa Crítica. In: Atas do III Encontro Internacional sobre Aprendizagem Significativa. Lisboa (Peniche), 11 a 15 de Setembro de 2000.

QUEIROZ, João Batista Pereira. A Educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo. In: Revista Nera - Ano 14. Presidente Prudente, n 18, 2011, p.37-46.

RODRIGUES, Ana Paula da Silva. Livros Didáticos do PNLD campo e epistemologias camponesas. Biblioteca da FaE/UFMG. Belo Horizonte, 2019.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Ed Vozes, Rio de Janeiro, Petrópolis, 1986.

ROSA, Daniela Souza da; CAETANO, Maria Raquel. Da educação rural à educação do campo: uma trajetória...seus desafios e suas perspectivas. In: COLÓQUIO– Revista Científica da Faccat – Vol. 6, n. 1-2. RS, Taquara, 2008.

SANTOS, F. J. S. dos S.; MOURA, T. V. Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematizando as representações negativas sobre as classes multisseriadas. In: ROCHA, M. I. A; HAGE, S. M. (Org.). **Escola de direito reinventando escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.

LIVROS ANALISADOS

CAPANEDA, Isabella et al. Girassol: saberes e fazeres do campo (2º ano). São Paulo, FTD, 2013.

CAPANEDA, Isabella et al. Novo Girassol: saberes e fazeres do campo (2º ano). São Paulo, FTD, 2016.

ANEXO I

1. FOTOS DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DONDON PINHEIRO (ESCOLA ALVO DO PROJETO).

